



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas
em Políticas Educacionais e
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

Cecília Rosa Lacerda
*Professora adjunta da Universidade
Estadual do Ceará (UECE).*
e-mail: cecilia.lacerda@uece.br

Rosilene Batista Sales
Mestranda no mestrado acadêmico
Intercampi em educação e ensino
(MAIE).
e-mail: Rosilene.sales@aluno.uece.br

**Eixo temático: Educação, uso de
tecnologias e sociedade do
conhecimento**
**Eixo temático: Educação, uso de
tecnologias e sociedade do
conhecimento**
**O TRABALHO E A FORMAÇÃO
DOCENTE NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DO COVID-19:
condições, limites e desafios**

**WORK AND TEACHING
FORMATION IN THE CONTEXT OF
COVID-19 PANDEMIC:
CONDITIONS, LIMITS, AND
CHALLENGES**



RESUMO

A pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), afetou as relações de trabalho e as relações sociais, que foram majoritariamente substituídas por contatos virtuais. Os impactos gerados para os diferentes segmentos da sociedade e o isolamento social, como a única forma até aquele momento de contenção da doença, coadunaram para a interrupção do processo de ensino e aprendizagem em escala mundial. O presente estudo objetiva tecer reflexões sobre as condições, limites e desafios do trabalho docente no contexto da pandemia da COVID- 19, articulado com a formação docente para o uso das TICs como ferramenta pedagógica. Amparou-se em uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Os achados revelaram que um número considerável de professores não recebeu formação específica para o uso das tecnologias com a finalidade pedagógica, sobretudo nas redes municipais de ensino. Entre os desafios enfrentados pelos docentes na implementação do ensino remoto, destacou-se a lacuna existente na formação dos educadores para o uso das TICs e a fragilidade da infraestrutura digital das escolas. Concluímos que o ensino remoto apontou para a necessidade de investimentos substanciais na implementação de políticas educacionais de formação docente para o uso das TICs, haja vista ser esse um aspecto crucial para a efetivação de ações de valorização docente.

Palavras-chave: Trabalho. Formação docente. Pandemia de Covid-19.

ABSTRACT

Covid-19 pandemic, a disease caused by the new coronavirus (Sars-Cov-2), has affected both work and social relations that have mainly been substituted for visual contacts. Impacts generated for the different segments of society, and social distancing as the only way to contain the disease until that point formed a worldwide interruption in the process of teaching and learning. This study aims to reflect on the conditions, limits, and challenges of the teaching work in the context of the covid-19 pandemic towards the teaching formation for the use of ICTs as pedagogical tools. This qualitative research was conducted through a documental and bibliographic approach. Results suggest that a considerable number of teachers have not received specific formation for the use of technologies with a pedagogical aim, especially in municipality schools. Among the challenges faced by teachers on the implementation of remote learning, the existing gap on the formation of teachers for the use of ICTs and the fragility of the digital infrastructure of schools deserve emphasis. The conclusion states that remote learning evidenced the need for substantial investments in the implementation of educational policies of teaching formation for the use of ICTs as this is a crucial aspect for the effectiveness of actions of teaching appreciation.

Keywords: Work. Teaching formation. Covid-19 pandemic.

1. INTRODUÇÃO

As transformações ocasionadas pela pandemia do Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), causaram impactos na forma de ser e estar no mundo dos indivíduos,



afetando as relações de trabalho e as relações sociais, que foram majoritariamente substituídas por contatos virtuais. A epidemia limitava-se inicialmente ao território chinês, na região de Wuhan, contudo, o avanço acelerado do vírus logrou proporções colossais, fato preponderante para que a Organização Mundial de Saúde elevasse o estado de contaminação para uma pandemia em março de 2020 (BEZERRA; VELOSO; RIBEIRO, 2021).

Destarte, a crise na conjuntura sanitária do país foi marcada pelas incertezas e imprevisibilidade causada pelo Coronavírus, os impactos gerados para os diferentes segmentos da sociedade e o isolamento social como a única forma até aquele momento de contenção da doença coadunaram para a interrupção do processo de ensino e aprendizagem em escala mundial. Neves *et al.* (2002, p. 1). A retomada do processo de ensino-aprendizagem somente foi possível com a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto.

Diante das mudanças acarretadas pelo período pandêmico, os docentes tiveram que ressignificarem as suas práticas docentes e superar desafios impostos pela nova realidade educacional, entre eles o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como recurso pedagógico nas aulas virtuais. O presente estudo objetiva tecer reflexões sobre as condições, limites e desafios do trabalho docente no contexto da pandemia da COVID-19, articulado com a formação docente para o uso das TICs como ferramenta pedagógica.

A reestruturação abruptamente do ambiente escolar de aprendizagem, a saber, do ensino presencial para o ensino remoto, em observância as orientações sanitárias a reduzir a curva de contágio pelo novo Coronavírus incidiu decisivamente para a imposição de uma nova exigência para educadores, alunos e familiares frente aos novos moldes de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, o artigo amparou-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. O trabalho está dividido em cinco seções a saber: Introdução, Metodologia, O cenário educacional na pandemia do COVID-19, O trabalho docente e a formação para o uso das TICs e a conclusão.

2. METODOLOGIA

A pesquisa amparou-se em uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental. O estudo bibliográfico ancorou-se na perspectiva de Fontana (2018). Utilizou-se como aporte teórico os estudos de autores como: Bezerra; Veloso; Ribeiro (2021); Neves et al



(2021); Brasil (2020); Oliveira e Junior (2021); Cabral, Moreira e Damasceno (2021); Gestrado (2020); Tardif (2014); Leite e Ribeiro (2012), entre outros.

A análise documental está amparada no Relatório Técnico elaborado pelo Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG), que realizou a pesquisa: Trabalho Docente em Tempos de Pandemia.

3. O CENÁRIO EDUCACIONAL NA PANDEMIA DO COVID-19

Alinhado as prescrições sanitárias da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Conselho Nacional de Educação - CNE aprovou o parecer nº 5/2020, que dispõe sobre diretrizes e normas para a reorganização dos calendários escolares e retorno das aulas com base no ensino não presencial.

As decisões indicaram normas excepcionais para o ano letivo dispensando, em caráter excepcional, o mínimo de 200 dias letivos, mas mantendo o mínimo de oitocentas horas, bem como o trabalho mediante atividades não presenciais visando que se evite retrocesso de aprendizagem e a perda do vínculo com a escola, o que pode provocar evasão e abandono (BEZERRA; VELOSO; RIBEIRO; 2021, p.3).

Nas considerações acima, evidencia-se, que no cenário educacional brasileiro, a reorganização do calendário escolar ocorreu em caráter emergencial e objetivou a manutenção das atividades escolares durante o período emergencial e a viabilização minimamente da execução do calendário escolar do ano vigente (MEC/CNE, 2020, p.7). A promoção do ensino remoto por meio de atividades escolares não presenciais junto aos alunos, de forma virtual e online, configurou como uma estratégia pedagógica possível para o inesperado momento pandêmico vivenciado. Segundo o parecer CNE n. 05/2020 entende-se por atividades não presenciais:

por atividades não presenciais entende-se, neste parecer, aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono (BRASIL, 2020).

Ante o exposto, as desigualdades sociais que caracteriza a sociedade brasileira, onde a falta de acesso à internet configura-se em um entrave para a inclusão digital, configura-se o cerceamento do acesso à educação, à medida que nem todos os alunos dispõem de acesso à internet para participar do ensino remoto. Sobre isso nos fala o teórico:



Com efeito, informa a UNESCO (2021b) que a conectividade à Internet é um nó crítico do panorama digital brasileiro e o seu acesso, no Brasil, apresenta distorções preocupantes. Em consequência, na área urbana, 35% dos domicílios não dispõem de conexão e, na zona rural, essa percentagem sobe para 66%. Na região Nordeste, sem diferenciação de área urbana ou rural, 51% dos domicílios estão desconectados (NEVES *et al*, 2021, p.2).

A partir do enfoque acima, é pertinente destacarmos as desigualdades sociais existentes no Brasil e que foram acentuadas com a pandemia a fim de compreendermos e situarmos a pandemia no contexto da situação de vulnerabilidade social em que estão inseridos os segmentos da sociedade brasileira. Vale destacar, que diante da realidade educacional do país a situação pandêmica descortinou a discrepância existente das condições dos indivíduos de gozo pleno ao acesso à educação. Como sublinha Oliveira e Junior (2021):

O Brasil continua sendo extremamente desigual, localizado na região mais desigual do planeta, a América Latina. Ele ocupa a sétima posição entre os mais desiguais do mundo, conforme aponta o Relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019). O Relatório também alerta para o fato de que o Brasil caiu uma posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que mede o progresso de uma nação a partir das dimensões renda, saúde e educação –, passando da 78ª para a 79ª posição, em comparação a 2017, no ranking com 189 países. Se considerarmos somente a América do Sul, o Brasil ocupa a quarta posição, ficando atrás de Chile, Argentina e Uruguai. A escolaridade da população brasileira é baixa, sendo que mais da metade da população com 25 anos ou mais concluiu somente o ensino fundamental; e, entre os jovens com idade de 18 a 24 anos, apenas 21,3% se encontram matriculados na educação superior. (OLIVEIRA; JUNIOR, 2021, p721).

De acordo com os autores, é notável o cenário de desigualdades sociais na realidade brasileira, que serviu como pano de fundo para a pandemia do COVID-19. Nesse contexto, a fragmentação das condições favoráveis ao acesso à educação subjaz o comprometimento da garantia do direito a educação, esse constitui-se um dos elementos centrais na compreensão dos desafios para o trabalho docente em tempos de pandemia.

4. O TRABALHO DOCENTE E A FORMAÇÃO PARA O USO DAS TICS

A interrupção das aulas presenciais nas instituições de ensino público do Brasil e a substituição pelo ensino remoto implicou no desvelamento da exclusão social dos estudantes no acesso à internet e a tecnologia. Esse fator é um dos pilares fundamentais para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem no ensino remoto vigente. A ausência de condições tecnológicas para a realização das aulas remotas gerou ansiedade e tensões para alunos, professores e pais. Como afirma AppenzellerI *et al* (2020, p4): “Garantir a equidade de acesso



é fator fundamental para permitir a continuidade do processo ensino-aprendizagem na transformação do estudo presencial em remoto emergencial”.

Simultaneamente, os professores diante da abrupta mudança no fazer docente tiveram que adotarem outros recursos pedagógicos para darem continuidade ao trabalho docente. A adaptação do processo de ensinar e aprender implicou no enquadramento em um novo modelo de ensino centralizado em aulas não presenciais mediados pelos meios digitais. Conforme pontua Cabral, Moreira e Damasceno (2021):

Grandes são os desafios postos para a construção do ensino remoto no momento em que toda a educação precisa se adaptar à nova realidade, o que inclui os docentes. O mesmo acontece com os estudantes, que acostumados como ensino presencial, se veem diante de uma tela de computador, precisando se encaixarem ao novo modelo imposto devido à pandemia de Covid-19 que assola o planeta, porque a Portaria, Nº 343 de 17 de março de 2020 autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19 (CABRAL; MOREIRA; DAMASCENO, 2021, p.361).

Para além disso, como uma demanda imposta pelo período pandêmico, tiveram que utilizar as TICs como ferramenta pedagógica, entretanto, nem todos os docentes dispunham de habilidades suficientes para o uso das ferramentas digitais com finalidade pedagógica. Por esta razão, boa parte dos educadores não se sentiam preparados para atuarem no ensino remoto mediados pelas TICs.

Isto implicou para trazer à tona um debate sobre a necessidade de formação docente para o uso das TICs. Embora não seja recente essa discussão, mas estava passando despercebido e que urgiu ser retomado no contexto da pandemia do COVID-19. Haja vista, o estabelecimento inesperado do ensino remoto emergencial no período da pandemia. O trabalho docente, que já era desafiador frente as condições precárias da infraestrutura das escolas, a despeito da pandemia, revelaram-se ainda mais desgastante, suscitando medo, tensões, ansiedade e sensação de impotência diante das mudanças no desenvolvimento da prática docente.

Perdura no sistema educacional brasileiro a necessidade de formação docente específica para o uso das TICs. A situação emergencial de passagem do ensino presencial para o ensino remoto recolocou essa pauta no centro de discussão do trabalho docente e da valorização dos educadores, tendo em vista, que não podemos minimizar ou omitir as implicações da precarização da formação docente para o seu fazer docente e para o processo de ensino e aprendizagem.



O Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG), realizou a pesquisa *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia*. Intentou-se com o estudo verificar as implicações das medidas de distanciamento social para a contenção da pandemia do Covid-19 sobre o trabalho docente nas redes públicas de ensino no Brasil na educação básica, objetivando compreender as atividades que estavam sendo realizadas pelos professores e quais as condições em que estavam sendo desenvolvidas.

Na mobilização dos professores para o preenchimento dos questionários e na divulgação dos resultados, o grupo de estudo responsável pela pesquisa, contou com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). (OLIVEIRA; JUNIOR, 2021)

Sobre a pesquisa os autores ainda continuam:

O universo pesquisado contemplou os professores de educação básica lotados nas redes públicas de ensino municipais, estaduais ou federal de todo o Brasil. Conforme dados do Censo Escolar de 2019, a oferta pública no País possui cerca de 1,7 milhões de professores e 38,7 milhões de estudantes, distribuídos em aproximadamente 139 mil estabelecimentos de ensino (OLIVEIRA; JUNIOR, 2021, p.724).

A pesquisa contou com 15.654 professores das redes públicas de ensino como amostra, englobando educadores de redes públicas municipais, estaduais e federais, distribuídas nas diferentes etapas e sub etapas na educação básica, a saber: educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais, ensino fundamental – anos finais e ensino médio. Para a coleta de dados utilizou-se a plataforma Google Forms no período de 8 a 30 de junho de 2020 com o preenchimento dos questionários pelos respectivos professores (OLIVEIRA; JUNIOR, 2021).

Um dos primeiros resultados obtidos na pesquisa revelou que 84,3% dos educadores que responderam os questionários estavam realizando as atividades de ensino não presencial, alguns desenvolviam na própria casa outros faziam nas dependências do espaço escolar. Em contrapartida, passados três meses da interrupção das aulas presenciais 15,7% dos respondentes não desenvolviam atividades a distância (OLIVEIRA; JUNIOR, 2021).

A pandemia do COVID-19 implicou no acentuamento dos desafios para a prática docente e que os educadores necessitaram alterar as formas tradicionais de interação com os alunos. Desta forma os educadores no âmbito do trabalho docente reconfiguram suas ações pedagógicas vislumbrando atender as exigências impostas pelo “novo normal” da crise sanitária. Para tanto, era necessário que as redes de ensino disponibilizassem as condições tecnológicas necessárias para o desenvolvimento do ensino remoto. Em relação a isso, a



pesquisa apontou que 14,4 % dos educadores das redes municipais registraram não terem sido assistidos com nenhum apoio nesse sentido, em contraste com os respondentes das redes estaduais que corresponde somente a 7,1% de profissionais que não receberam nenhum suporte.

As circunstâncias contraditórias e desfavoráveis em que se realizou o trabalho docente no ensino não presencial revelam por si só como um entrave a efetivação do direito ao acesso à educação. Ao mesmo tempo que instaura um paradigma na viabilização da prática docente no que se refere a disponibilização de subsídios necessários para o desenvolvimento das atividades remotas. Diante da escassez de recursos e precarização das condições objetivas e subjetivas de trabalho, o professor reivindica a valorização profissional por meio da formação específica para o uso das TICs e a disponibilização de aparato tecnológico com a finalidade pedagógica.

Vale ressaltar, que no período que antecedeu a pandemia as tecnologias digitais já eram demandadas no cotidiano dos professores da educação básica. A substituição de aulas presenciais por aulas remotas, decorrente do isolamento social como medida de prevenção ao COVID 19, o uso e o domínio das TICs tornaram-se basilar para o processo de ensino e aprendizagem (GESTRADO, 2020).

O relatório técnico da pesquisa evidenciou que a utilização de tecnologias digitais nas aulas remotas têm sido um desafio para os professores das diferentes etapas da Educação Básica. Segundo os dados do Gestrado (2020), apenas 28,9% dos educadores que responderam ao questionário afirmam terem facilidade para lidarem com as tecnologias digitais. Somados a isso, ficou claro que diante do nível de dificuldade de lidar com as TICs nas aulas remotas, 53,6 % dos professores das redes Municipais de Ensino não receberam nenhum tipo de formação para o uso das TICs, em consequente nas Redes Estaduais de Ensino 24,6 também não receberam nenhum tipo de formação específica, configurando um quadro de discrepância bastante acentuado entre as Redes de Ensino Municipais e estaduais.

A dinâmica do processo educativo foi alterada significativamente no ensino remoto, a fragilidade da formação docente para o uso das TICs foi evidenciada, caracterizando-se como um dos desafios vigentes para o trabalho docente. Urge, a necessidade de implementação e proposição de políticas no âmbito educacional de formação de professores para o uso das TICs no ambiente escolar, seja em aulas remotas ou presenciais. A potencialização do trabalho docente no ensino remoto está vinculada a formação específica dos professores para o uso das



TICs e a disponibilização de subsídios tecnológicos por parte das Redes de ensino para os professores realizarem as suas atividades docentes não presenciais.

Compreendendo que na reconfiguração do processo de ensino e aprendizagem com a repentina substituição do ensino presencial pelo ensino remoto recaiu sobre os docentes a necessidade de mobilizar saberes acerca do uso das TICs que não foram contemplados pela formação inicial, o cotidiano da prática docente é um espaço/tempo de aplicabilidade de saberes produzidos por outros e a produção de novos saberes que emergem da própria prática. Desse modo, consideramos o que nos afirma TARDIF (2014):

Os professores são sujeitos do conhecimento e possuem saberes específicos ao seu ofício (...) A prática deles, ou seja, seu trabalho cotidiano, não é somente um lugar de aplicação de saberes produzidos por outros, mas também um espaço de produção, de transformação e de mobilização de saberes que lhe são próprios. (TARDIF, 2014. p. 237).

Nesse interim, a partir das palavras do autor que, no cotidiano do trabalho docente há a aplicação de saberes e a produção de novos conhecimentos. Diante desse contexto pandêmico, é legítima a necessidade de formação docente para o uso adequado das TICs, tendo em vista que a qualificação docente para o exercício de sua ação pedagógica consiste em um dos pilares que deve alicerçar o fazer docente no ensino remoto.

Partindo desse pressuposto, é importante destacar a carência de formação docente para o uso das TICs sob pena de comprometimento do trabalho docente e para que a inclusão desse aparato tecnológico na prática docente não resulte em resultados negativos para o processo de ensino e aprendizagem. Somados a isso, as inadequações das infraestruturas das escolas, constitui-se também em um dos entraves para a prática docente remota. Como destaca Leite e Ribeiro (2012):

Para a inclusão dessas tecnologias na educação, de forma positiva, é necessária a união de multifatores, dentre os quais, pode-se destacar como mais importantes: o domínio do professor sobre as tecnologias existentes e sua utilização na prática, e isso passa, necessariamente, por uma boa formação acadêmica; que a escola seja dotada de uma boa estrutura física e material, que possibilite a utilização dessas tecnologias durante as aulas; que os governos invistam em capacitação, para que o professor possa atualizar-se frente às mudanças e aos avanços tecnológicos; que o professor se mantenha motivado para aprender e inovar em sua prática pedagógica; que os currículos escolares possam integrar a utilização das novas tecnologias aos blocos de conteúdos das diversas disciplinas; dentre outros (LEITE; RIBEIRO, 2012, p.175).

Diante do exposto nas considerações dos autores que incidem sobre o clareamento dos passos a serem trilhados para a efetivação do direito a educação para os estudantes e apontam para a implementação de políticas educacionais de formação e valorização docente. O



enfrentamento dos desafios no trabalho docente remoto impostos pela pandemia do COVID-19 passa pelo reposicionamento do lugar da formação docente para o uso das tecnologias nas políticas educacionais. A pandemia deu visibilidade a esse debate que não é recente, mas urge a necessidade de retomá-lo frente ao atual cenário educacional.

Para tanto, tomamos como base as vozes dos educadores que ecoam e manifestam suas angústias e entraves na realização de suas atividades não presenciais sem contar com a formação adequada. A implementação do ensino remoto em caráter emergencial contribuiu para o adoecimento dos docentes, que sentiram-se amedrontados com o risco de contaminação com o vírus, a perda recorrente de entes queridos para a doença e a urgência imposta pelo período pandêmico da necessidade de ressignificar a sua prática pedagógica.

5. CONCLUSÃO

Os achados revelaram que a suspensão das aulas presenciais e posteriormente retomadas com o ensino remoto tiveram implicações severas no processo de ensino e aprendizagem. Sobretudo, pela inexistência de disponibilização de suporte para os docentes pela maioria das redes de ensino, principalmente as redes de ensino municipais. Ao mesmo tempo, que um considerável contingente de professores teve que realizar atividades não presenciais utilizando os equipamentos tecnológicos de suas residências diante das precárias condições de infraestrutura das escolas.

Ademais, notou-se que um número considerável de professores não recebeu formação específica para o uso das tecnologias com a finalidade pedagógica, sobretudo nas redes municipais de ensino. Percebe-se que, no contexto pandêmico o ensino remoto apontou para a necessidade de investimentos substanciais na implementação de políticas educacionais de formação docente para o uso das TICs, haja vista ser esse um aspecto crucial para a efetivação de ações de valorização docente.

O trabalho docente no contexto da pandemia do COVID-19 foi atravessado pela insegurança no uso das TICs e os docentes se valeram do conhecimento resumido que detinham da vida pessoal para o desenvolvimento de suas práticas docentes. Verifica-se que os professores viram-se encurralados pelas condições desfavoráveis impostas pela prática e entraves que cercearam as ações pedagógicas remotas, destacando-se entre elas a lacuna



existente em sua formação para o uso das TICs. Observou-se que um dos desafios na implementação do ensino remoto consistiu na precarização das condições de infraestrutura das escolas e a fragilidade da formação específica dos educadores.

A crise sanitária sem precedentes condicionou o trabalho docente as interações virtuais entre alunos, pais e professores, demandando no âmbito educacional novas formas de ensinar e aprender. A prática docente esbarrou nos limites da inadequação das estruturas das escolas e na fragilidade da formação para o uso das TICs, fatores esses pedagógicos e institucionais que atenuaram os desafios do fazer docente.

Em suma, conclui-se que o ensino remoto ganhou vigor como uma necessidade educacional imposta pela pandemia do COVID-19, contudo, os sistemas de ensino não detinham as condições de infraestruturas para atender as demandas tecnológicas dos docentes. É possível notar que esta poderá ter sido uma das razões possíveis para o fosso colossal existente na subsidiação dos docentes para o ensino remoto pelas redes de ensino. A reconfiguração do trabalho docente implicou em uma transformação drástica e brusca no processo educativo. Este ensaio não pretende apresentar todas as respostas sobre o tema em questão, mas visa contribuir para a discussão e projetar para que outros estudos sobre o assunto sejam realizados posteriormente.

Assim, compreendemos que o trabalho docente no ensino remoto foi realizado em condições precárias e que reforçam os desafios já dantes enfrentados pelos docentes, agravados pelas desigualdades sociais do país. Acreditamos que a minimização desses desafios para a prática docente com o uso das TICs consiste na fomentação e efetivação de políticas educacionais que contribuam para a formação docente, lançando o olhar sobre as potencialidades das TICs como ferramentas pedagógicas e instrumentalizem os professores acerca do seu uso adequado ao fazer pedagógico.



REFERÊNCIAS

- APPENZELLER et al. Novos Tempos, Novos Desafios: Estratégias para Equidade de Acesso ao Ensino Remoto Emergencial. **Revista Brasileira De Educação Médica** .44 (sup.1): e0155, 2020.
- BRASIL. Parecer CP/CNE 05/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. MEC: Brasília-DF, 2020.
- BEZERRA, N. P. X.; VELOSO, A. P.; RIBEIRO, E. Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 323917, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v2i3.3917. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3917>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- CABRAL, R. C. S.; MOREIRA, J. da R.; DAMASCENO, A. R. Educação Inclusiva Em Tempos De Barbárie: questões sobre os desafios do ensino remoto. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 360-374, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i3.8134. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8134>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, T. (org.). *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.
- GESTRADO. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Relatório Técnico. *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.
- LEITE, Werlayne S. S. ; RIBEIRO, Carlos A. do N. . A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **Magis: Revista Internacional de Investigación em Educaci3n**, ISSN-e 2027-1182, Vol. 5, Nº. 10, 2012, págs. 173-187 Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/344265>. Acesso: 04 de fev. 2022.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional da Educação- CNE. **Parecer 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192.>. Acesso: 11 jun.2020
- NEVES, V. N. S.; VALDEGIL, D. de A.; SABINO, R. do N. Ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: estado da arte. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e325271, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i2.5271. Disponível em: <https://revistas.uece.br/in>> Acesso em: 11 jun. 2020.
- OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 719-734, 2021. DOI: 10.22420/rde.v14i30.1212. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212>>. Acesso em: 4 fev. 2022.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014